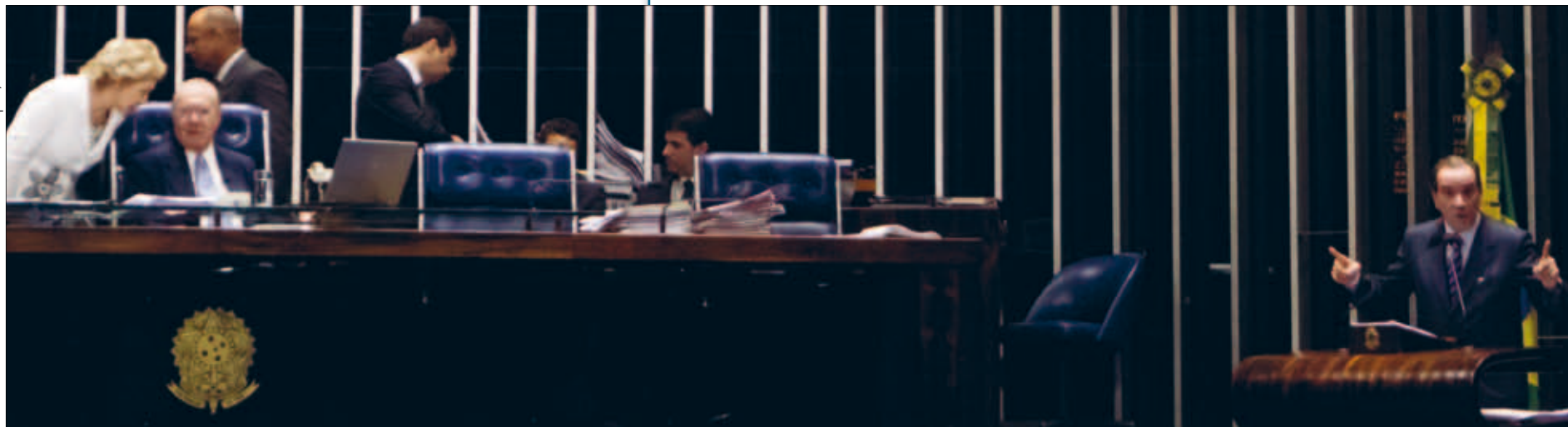




Paula Cinquetti/Senado Federal



Marta Suplicy e José Sarney acompanham apresentação do parecer de Aloysio Nunes: comissão deverá "garantir o direito à memória e à verdade histórica"

## Aposentados e trabalhadores obtêm vitórias em comissão 7



Léo de Paula/Senado Federal

Paim relatou projeto de Vanessa que reduz INSS para trabalho doméstico

## Aprovada, Comissão da Verdade depende apenas da sanção

Senadores foram unânimes ontem ao acatar relatório do senador Aloysio Nunes Ferreira, para quem projeto é "ousado e corajoso"

**E**m votação simbólica e unânime, o Plenário aprovou ontem a criação da Comissão Nacional da Verdade, destinada a esclarecer, em dois anos de trabalho, as violações de direitos humanos praticadas entre

1946 e 1988, especialmente durante o regime militar. O relator, Aloysio Nunes, recebeu diversos elogios dos colegas em sessão acompanhada pela ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário. 5

## Aprovados recursos para plebiscito 2

## Denúncia pela internet pode ser oficial 6

## Comissão debate anemia falciforme 8



Marcia Amorim/Senado Federal

Gim Argello (E), Romero Jucá, Benedito de Lira, Demóstenes Torres e Renan Calheiros durante a votação da proposta em Plenário

## Plenário redefine competências ambientais

O Plenário aprovou ontem o projeto (PLC 1/10) que regulamenta as competências da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto à proteção, ao uso e à conservação dos recursos naturais. A matéria, que vai à sanção, é do deputado Sarney Filho e resulta da CPI que apurou tráfico de animais e plantas. 3

## Jornalista diz que Teixeira confessou à Justiça suíça ter recebido suborno 4



José Cruz/Senado Federal

Britânico Andrew Jennings, da BBC de Londres, ao lado do presidente da CE, Roberto Requião, falou ontem sobre revelações feitas em seu livro *Jogo Sujo – o mundo secreto da Fifa*



Entre os cinco projetos de liberação de verba aprovados ontem, estão os valores de R\$ 8 milhões e R\$ 20,8 milhões para consulta sobre criação dos estados de Carajás e Tapajós

# Congresso aprova créditos para plebiscito no Pará

O CONGRESSO APROVOU ontem cinco projetos abrindo créditos adicionais para órgãos da administração pública. Entre eles, foram aprovados créditos suplementares de R\$ 8 milhões e R\$ 20,8 milhões em favor da Justiça Eleitoral para a realização de plebiscito, no Pará, sobre a criação ou não dos estados do Carajás e Tapajós.

Foi ainda aprovado projeto que muda a periodicidade do relatório de avaliação do PAC, de quadrimestral para semestral, e fixa em 60 dias o prazo para



Ana Amélia, deputado Pellegrino e José Pimentel, na sessão

divulgação na internet da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), após a conclusão do semestre.

Também vão à sanção: crédito suplementar de R\$ 135,78 milhões para os ministérios da Ciência e Tecnologia (MCT), da Educação (MEC) e da Cultura (Minc); crédito especial de R\$ 10,93 milhões ao MCT, destinados ao Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais; crédito suplementar de R\$ 593 milhões em favor do Ministério da Saúde, para reforço de dotações da Farmácia Popular e controle de epidemias pela Fundação Nacional de Saúde.

## Cássio Cunha Lima: decisão da Mesa sai no dia 7

A Mesa do Senado decidiu ontem que vai se reunir no dia 7 de novembro para definir a situação de Cássio Cunha Lima (PSDB) – candidato mais votado nas últimas eleições para o Senado na Paraíba, que teve o registro de candidatura negado

pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) por condenação em episódio de compra de votos nas eleições de 2006. Mas, em 19 de outubro, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou posse imediata, por entender que não é possível aplicar a Lei da Ficha

Limpa ao pleito de 2010. A Mesa também definiu prazo de cinco sessões para que Wilson Santiago (PMDB), que perderá o cargo com a chegada de Cunha Lima, apresente contrarrazões que justifiquem sua permanência.

## Marta parabeniza STJ por casamento de mulheres



Marta Suplicy (PT-SP) parabenizou o Superior Tribunal de Justiça (STJ) por ter autorizado a conversão em casamento da união estável entre duas mulheres do Rio Grande do Sul. Em sua opinião, a decisão representa um avanço considerável na efetivação dos direitos de cidadania. Ela lamentou que um projeto seu sobre o tema esteja parado há 16 anos na Câmara dos Deputados.

### Tema de entrevista para a TV Senado

Em entrevista à próxima edição do programa *Cidadania*, da TV Senado, Marta destaca a decisão do Senado de reconhecer a união homossexual estável de servidores antes da decisão do Supremo Tribunal Federal. "O Senado tem de dar um exemplo de cidadania", disse. O programa é exibido aos sábados e domingos, às 19h, com possibilidade de reprises durante a semana.

## Geovani Borges lamenta desemprego entre jovens



Metade dos jovens entre 18 e 20 anos está desempregada, segundo o Anuário do Sistema Público de Emprego 2010/2011, citado ontem por Geovani Borges (PMDB-AP). – O Ministério do Trabalho, ao submeter à sociedade os resultados desses estudos, dá uma inequívoca demonstração de compromisso com a transparência e a busca de meios para solucionar o problema – disse o parlamentar.

### Reconhecimento à evolução tecnológica

Terça-feira, na sessão especial que homenageou o Ano Internacional da Química, Geovani Borges registrou a imensa contribuição da ciência e da tecnologia para o desenvolvimento do ser humano. O senador reconheceu que a evolução tecnológica permitiu à Humanidade mudar a natureza, mas também prejudicá-la. Ele também ressaltou o sucesso da oitava edição da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia.

## Suplicy anuncia seminário sobre renda básica



Eduardo Suplicy (PT-SP) comunicou a realização, na segunda-feira, de seminário na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) sobre a renda básica de cidadania e proteção social. De acordo com o senador, o seminário deve fazer "uma reflexão aprofundada e detalhada da eficácia do programa no combate à pobreza e na proteção social no Brasil".

## Casildo: SC é o melhor estado para turismo



Casildo Maldaner (PMDB-SC) comemorou ontem a divulgação de pesquisa da revista *Viagem e Turismo* que aponta Santa Catarina como o melhor estado para se visitar no país. A pesquisa foi feita em parceria com o Ibope. Para o senador, o resultado é decorrente das belezas naturais do estado, que permitem inclusive o ecoturismo e o turismo rural.

## Jayme Campos pede novo plano de carreira na PF



Jayme Campos (DEM-MT) apoiou as reivindicações dos policiais federais pela revisão de seu plano de carreira e a concessão da aposentadoria por invalidez ou doença adquirida em serviço, entre outros benefícios. Para isso, disse, é preciso mudar a Lei Complementar 51/95. Acordo nesse sentido, feito com o governo, ainda não foi cumprido, disse o senador.

## Senado lança hoje coleção de teses de seus servidores

O Senado lança hoje a Coleção de Teses, Dissertações e Monografias de Servidores. Foram selecionadas duas teses de doutorado, três dissertações de mestrado e quatro monografias. A análise dos trabalhos levou em consideração a relevância dos temas para o Senado e a qualidade acadêmica dos textos. A cerimônia de lançamento acontece na Sala de Audiências da Presidência do Senado, às 10h.

## Correção

O **Jornal do Senado** publicou ontem, na página 7, que a Comissão de Educação (CE) analisaria o projeto (PLS 589/11) que garante ensino especial a crianças de zero a cinco anos, durante a educação infantil e sua continuidade independentemente da idade e etapa escolar do educando. Na verdade, o projeto havia sido aprovado pela comissão no dia anterior. A proposta é do senador Cyro Miranda (PSDB-GO).

## Adiamento

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados em Plenário após as 21h serão publicados na edição de amanhã do **Jornal do Senado**.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx)

## Plenário Valores para saúde

14h Na pauta da sessão deliberativa, substitutivo a projeto de lei do Senado que prevê valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, estados, Distrito Federal e municípios em ações e serviços públicos de saúde.

## Presidência Balanço da EBC

9h30 José Sarney participa da apresentação do balanço 2007-2011 da EBC. Às 11h, recebe o presidente da OAB-DF, Francisco Queiroz Caputo Neto; às 11h30, o da ABM, Florentino Cardoso, entre outros; às 12h, o do Parlamento da Hungria, László Kövér; às 12h45, o secretário-geral da OCDE, José Angel Gurría, e o representante do BID no Brasil, Fernando Carrillo-Florez.

## Amazônia Acesso de estrangeiros

8h30 Audiência na Subcomissão Permanente da Amazônia debate acesso de estrangeiros com representantes da Advocacia-Geral da União, da Secretaria do Patrimônio da União e dos ministérios da Defesa e das Relações Exteriores.

## CRA Seguro-desemprego em calamidades

8h30 Trabalhador impedido de exercer suas atividades em razão de calamidade natural poderá receber seguro-desemprego. Projeto nesse sentido consta da pauta da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

## CDH Doenças falciformes

9h A ministra da Secretaria de Políticas da Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros, participa de audiência na Comissão de Direitos Humanos sobre o Dia Nacional de Luta pelos Direitos das Pessoas com Doenças Falciformes.

## CI Orientação de saúde em viagens

9h A Comissão de Serviços de Infraestrutura examina obrigatoriedade de as empresas de transporte coletivo orientarem os passageiros sobre prevenção da trombose venosa profunda, em razão da imobilidade prolongada em viagens.

## CPI do Ecad Secretário de Cultura da Bahia

10h Profissionais com atuação na área musical e o secretário de Cultura da Bahia, Antônio Albino Canelas Rubim, serão ouvidos pela CPI do Ecad, que investiga a atuação do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição.

## CRE Indicações de embaixadores

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional examina indicações de embaixadores para o Azerbaijão e Cabo Verde e também para o cargo de delegado permanente do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum do Sul.

## Rio + 20 Redução de desigualdade

18h A Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio+20 debate o tema "Desigualdade: como reduzir". Entre os convidados, o pesquisador do Ipea Pedro Herculano Ferreira e a secretária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência da República, Esther Bernerguy de Albuquerque.

**SESSÕES ON-LINE:** Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões  
**Plenário:** [www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao)  
**Comissões:** [www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao](http://www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao)

## TV Senado

A TV Senado transmite às 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.gov.br/tv](http://www.senado.gov.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



## Nascimento cobra conclusão da rodovia BR-319



Waldemir Barreto/Senado Federal

Alfredo Nascimento (PR-AM) disse que a ponte sobre o rio Negro, inaugurada pela presidente Dilma Rousseff na festa dos 342 anos de Manaus, facilitará a vida dos moradores da capital e cidades vizinhas. Ele cobrou, no entanto, a conclusão da BR-319, que liga Porto Velho a Manaus. Segundo disse, a obra foi uma das bandeiras de campanha de Dilma no Amazonas. O senador também ressaltou que, na capital, houve poucos avanços nas áreas de saúde, educação e segurança pública.

– Manaus ainda tem falta de atendimento básico e a população está acuada pela escalada da violência.

## Eduardo Braga comemora ponte sobre o rio Negro



Waldemir Barreto/Senado Federal

Eduardo Braga (PMDB-AM) registrou terça-feira a cerimônia de inauguração em Manaus da ponte sobre o

rio Negro. Para o senador, a ponte é importante fator de expansão de fronteiras econômicas.

– Esta manhã, a rotina de Manaus já havia mudado. Além das balsas, que gastavam de 30 a 40 minutos para atravessar o rio Negro, ligando Manaus a Iranduba, as pessoas puderam utilizar a ponte em cinco minutos.

O parlamentar também comemorou o envio de proposta de emenda à Constituição, do Executivo, que estende a vigência da Zona Franca de Manaus por mais 50 anos.

## Vanessa saúda a Feira Internacional da Amazônia



Waldemir Barreto/Senado Federal

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) saudou a Feira Internacional da Amazônia (Fiam), aberta ontem em Ma-

naus. O evento, que vai até o próximo dia 29, objetiva promover as potencialidades regionais, identificar oportunidades de negócios e atrair investimentos.

– A Feira internacional da Amazônia não é apenas um espaço para mostrar o que é a Zona Franca de Manaus e o que ela produz. É um espaço para debater a Amazônia do passado, do presente e a que nós queremos no futuro.

Vanessa também cumprimentou a marcha de trabalhadores da educação em Brasília.



Por 49 votos a 7, com 1 abstenção, matéria passa no Plenário e vai à sanção presidencial

Waldemir Barreto/Senado Federal

# Competência sobre questões ambientais vai à sanção

Aprovada ontem pelo Plenário do Senado, proposta do deputado Sarney Filho estabelece responsabilidades da União, estados e municípios inclusive sobre licenciamento de projetos

OS SENADORES APROVARAM ontem o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 1/10, que regulamenta a competência da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios quanto à proteção, ao uso e à conservação dos recursos naturais. Agora, a matéria segue para sanção presidencial.

O projeto, de autoria do deputado federal Sarney Filho (PV-MA), é proveniente de comissão parlamentar de inquérito que investigou o tráfico ilegal de animais e plantas silvestres.

Como foi alterado por um substitutivo, o deputado chegou a negar apoio a sua aprovação.

O assunto – competência dos entes federativos em questões ambientais – também é tratado na revisão do Código Florestal (PLC 30/11), que tramita nas comissões de Agricultura (CRA) e de Ciência e Tecnologia (CCT).

Pelo texto do PLC 1/10, o foco da atuação dos órgãos ambientais – conforme parecer favorável da senadora Kátia Abreu (PSD-TO) aprovado na Comissão de Constituição e Justiça –

deverá ser a política de licenciamento e fiscalização ambiental. A meta é oferecer segurança jurídica na exploração sustentável dos recursos naturais.

O projeto detalha as competências da União, dos estados, do DF e dos municípios. Empreendimentos e atividades serão licenciados ou autorizados por um único ente federativo, facultadas manifestações dos demais afetados pela iniciativa. Na inexistência de órgão ambiental capacitado, a responsabilidade recairá sobre a União.



Audiência presidida por Souza (2º à esq) contou com Marcos Ferreira (E), do Proantar

Luiz Alves/Senado Federal

## Especialistas pedem investimento maior em pesquisas na Antártida

O continente antártico é tão importante para o equilíbrio ambiental da Terra quanto a Floresta Amazônica. A opinião é do glaciologista Jefferson Simões, que participou de audiência sobre o Programa Antártico Brasileiro (Proantar) na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC).

O especialista, que integra o Proantar, explicou que o subsolo da Antártida abriga inúmeros rios e lagos, compondo uma bacia maior que

a amazônica. O continente influencia o clima de todo o mundo. Daí a importância, segundo ele, de aumentar o investimento em pesquisas na região.

Na audiência, conduzida pelo presidente da CMMC, Sérgio Souza (PMDB-PR), o secretário da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar, Marcos José Ferreira, resumiu a história do Proantar. O Brasil está na Antártida desde 1982 e é um dos poucos países com uma estação permanente.

## Comissão fará audiência na Usina de Itaipu

A CMMC realizará audiência pública, na sexta-feira da próxima semana, na Usina Hidrelétrica de Itaipu, em Foz do Iguaçu (PR), para debater os impactos da geração de energia elétrica no meio ambiente. A informação é do presidente da comissão, Sérgio Souza.

A CMMC tem como objetivo apresentar sugestão de legislação ambiental, além de apontar se o país está cumprindo os protocolos assinados nas convenções sobre mudanças climáticas.

Outra finalidade do colegiado é auxiliar o governo nos preparativos para a COP-17, conferência das Nações Unidas sobre o clima, que ocorrerá em Durban, na África do Sul, no final de novembro.

## CNA defende cooperativas de microdestilarias

A união em cooperativas é a melhor forma de os pequenos agricultores competirem com grandes empresas do setor sucroalcooleiro e gerarem emprego e renda. A opinião é do presidente da Comissão de Cana-de-Açúcar da Confederação Nacional de Agricultura (CNA), Gerson Carneiro Leão, que participou de debate sobre o Programa

de Microdestilarias de Alcool e Biocombustíveis (Promicro).

A audiência foi realizada ontem pela Comissão de Agricultura (CRA) a pedido de Ana Amélia

(PP-RS), relatora do PLS 252/11, de Acir Gurgacz (PDT-RO), que instituiu o Promicro para microdestilarias com produção de até 5 mil litros por dia.



Presidente da Comissão de Agricultura, Acir Gurgacz (C) é autor de projeto que beneficia microdestilarias de álcool

Marcio Kallum/Senado Federal

## Rolleberg elogia relatório de Luiz Henrique

Rodrigo Rolleberg (PSB-DF) elogiou o relatório de Luiz Henrique (PMDB-SC) ao projeto de lei (PLC 30/11) do novo Código Florestal.



Moneira Moriz/Senado Federal

O senador disse que uma das alterações importantes feitas por Luiz Henrique, por sugestão da bancada ambientalista, é o estabelecimento de regras para produtores rurais atuados antes de 22 de julho de 2008 ingressarem em programa de regularização ambiental, livrando-se de multas, mas comprometendo-se a recuperar seus passivos ambientais. Rodrigo Rolleberg também comemorou a inclusão dos manguezais como áreas de preservação permanente (APP).

## Anibal: time do Acre desiste de ação contra CBF

Anibal Diniz (PT-AC) anunciou ontem a realização de acordo entre o Rio Branco Football Club, do Acre, e a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). O time desistiu de ação na Justiça comum por meio da qual tentava se manter no Campeonato Brasileiro da Série C.



Waldemir Barreto/Senado Federal

– O Rio Branco é um time pobre e não tem condição de manter um litígio.

O clube foi punido com a exclusão da Série C por ter recorrido à Justiça comum tentando realizar seus jogos no estádio Arena da Floresta. Manteve-se na competição com liminares, mas desistiu da briga temendo novas represálias da Justiça Desportiva.

## Viana aponta acordo sobre Código Florestal

Jorge Viana (PT-AC) afirmou que o Senado mostrou ser possível chegar a um entendimento sobre a proposta de revisão do Código Florestal (PLC 30/11) e que o projeto deve ter a votação concluída pelo Congresso Nacional ainda este ano. A proposta teve o primeiro relatório apresentado por Luiz Henrique (PMDB-SC).



Waldemir Barreto/Senado Federal

– Ouvimos todos os setores da sociedade, levamos em conta o trabalho que a Câmara já havia feito, tivemos um diálogo com governo e o envolvimento de um número grande de senadores nesta matéria. Agradeço o trabalho dos colegas até aqui.



Jornalista Andrew Jennings sugere que o governo brasileiro cobre do presidente da CBF, Ricardo Teixeira, divulgação de documento da Justiça da Suíça em que confessaria suborno

## Britânico cobra relatório sobre corrupção no futebol

O JORNALISTA BRITÂNICO Andrew Jennings, da BBC de Londres, sugeriu ao governo brasileiro, em audiência ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), solicitar ao presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira, que torne público o relatório da Justiça da Suíça no qual constaria confissão do dirigente de que teria recebido suborno em contratos de *marketing*.

Concluído em maio do ano passado, o relatório ainda não foi publicado, segundo o jornalista, por pressão do presidente da Federação Internacional de Futebol

Associado (Fifa), Joseph Blatter.

Jennings, autor do livro *Jogo Sujo – O Mundo Secreto da Fifa*, lembrou que o Senado brasileiro investigou, em 2001, cujo resultado indicou que Teixeira teria recebido dinheiro de uma empresa de Liechtenstein chamada Sanud. O jornalista afirma que a Sanud seria parceira da ISL, empresa de *marketing* ligada à Fifa, na década de 90. Segundo Jennings, Teixeira teria sido beneficiado com US\$ 9,5 milhões, enquanto João Havelange, ex-presidente da Fifa, teria recebido US\$ 1 milhão.

– Se vocês querem o respeito do mundo, no interesse da

reputação de seu país, entreguem a organização a honestos burocratas brasileiros – sugeriu.

Autor do requerimento para a audiência, junto com Paulo Bauer (PSDB-SC), Alvaro Dias (PSDB-PR) considerou favorável a Teixeira e Havelange o acordo que teria sido celebrado na Suíça, pois os dirigentes teriam feito uma doação a entidades de caridade em troca da não divulgação do relatório. Para ele, as denúncias já conhecidas internacionalmente precisam ser debatidas também no Brasil.

– Teremos uma Copa do Mundo em um cenário de denúncias sobre superfaturamento de obras e desperdício de dinheiro público – previu Alvaro Dias.

Cristovam Buarque (PDT-DF) alertou para a possibilidade do dinheiro que brasileiros estão poupando para ingressos da Copa ir parar “nos bolsos de cartolas”. Mário Couto (PSDB-PA) defendeu a saída de Teixeira da CBF antes da Copa do Mundo. Pedro Simon (PMDB-RS) e Ana Amélia (PP-RS) pediram a Jennings que encaminhe suas denúncias a Dilma Rousseff.



Jennings faz sua denúncia na audiência, ao lado do senador Roberto Requião

## Mário Couto: “Ricardo Teixeira é o próximo a cair”

Mário Couto (PSDB-PA) – que terça-feira já havia alertado que a corrupção “atinge índices alarmantes” no Brasil – voltou ontem ao assunto citando informações da imprensa de que o então ministro do Esporte, Orlando Silva, deixaria o cargo a qualquer momento.

O senador lamentou as dificuldades para fiscalizar as obras da Copa do Mundo e se arriscou a prever que o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, será “o próximo a cair” em consequência de denúncias de corrupção. Mário Couto classificou Teixeira



Senador promete renunciar caso algum ministro acusado seja preso

como “um dos maiores ladrões da pátria” e pediu que a presidente Dilma Rousseff tire o dirigente da CBF.

– Esse homem continua na

CBF, às vésperas da Copa do Mundo. Será que escolhemos a nossa Copa para manchar o nome do nosso país? – lamentou o senador.

Na terça-feira, ao reclamar da falta de punição aos envolvidos em irregularidades no governo, ele até prometeu renunciar ao mandato caso algum ministro acusado venha a ser preso.

O parlamentar lamentou as sucessivas crises políticas e afirmou ter certeza de que novas denúncias envolvendo integrantes do governo federal devem ocorrer.

## Senadores debatem denúncia contra ministro

Durante a reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) de ontem, senadores discutiram a cobertura pela imprensa das denúncias contra o então ministro do Esporte, Orlando Silva. O líder do PCdoB, Inácio Arruda (CE), disse que o ministro foi “julgado e condenado” pela mídia.

Demóstenes Torres (DEM-GO) defendeu a iniciativa do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, de pedir ao Supremo Tribunal Federal abertura de inquérito para investigar o caso. Pedro Taques (PDT-MT) ressaltou que a liberdade de imprensa deve ser assegurada.

## Cícero aponta desrespeito a servidor da Paraíba



Cícero aponta desrespeito a servidor da Paraíba

Cícero Lucena (PSDB-PB) criticou o governo da Paraíba por ferir “direitos e garantias dos servidores públicos”.

Segundo o senador, diversas categorias profissionais vivem uma dura realidade, pois estariam sendo desrespeitadas e perseguidas ao reivindicarem direitos e melhores salários. É o caso, disse Lucena, dos policiais civis, que podem entrar em greve amanhã, e dos servidores da Receita Estadual, que estão parados há 20 dias.

## Randolfe: contrato com Sound Exchange lesa artistas brasileiros

Presidente da CPI do Ecad, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse que contrato entre a entidade americana Sound Exchange e a União Brasileira de Compositores (UBC) é lesivo a compositores e intérpretes brasileiros.

Entre 2008 e 2010, disse, o Brasil encaminhou aos Estados Unidos R\$ 10,7 milhões, e chegaram ao Brasil R\$ 51 mil. O contrato permite que cada entidade recolha recursos dos direitos autorais dos artistas no outro país.

## Subcomissão voltará a debater combate a lavagem de dinheiro

O retorno ao Senado do projeto (PLS 209/03) de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) que amplia a atuação do Conselho de Controle da Atividade Financeira (Coaf) no combate à lavagem de dinheiro poderá reabrir os trabalhos da Subcomissão Permanente de Segurança Pública, vinculada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com Valadares, a CCJ voltará a se debruçar sobre o assunto pelo fato de a Câmara dos Deputados ter mudado o projeto. O presidente da CCJ,

Eunício Oliveira (PMDB-CE), se comprometeu a colocar a matéria em pauta tão logo o texto chegue ao Senado.

Indicado para presidir a subcomissão, Pedro Taques (PDT-MT) avaliou as alterações como “retrocesso”. Jorge Viana (PT-AC) considerou a subcomissão “instrumento poderoso para resgatar a relação da Casa com a sociedade”. Além de Taques e Eunício, a subcomissão terá como titulares Demóstenes Torres (DEM-GO), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e Armando Monteiro (PTB-PE).

## Taques: segurança pública é direito social do cidadão

Em Plenário, Pedro Taques (PDT-MT) informou como será a atuação da Subcomissão Permanente de Segurança Pública, que estará no âmbito da CCJ e será presidida por ele.

A subcomissão vai debater a questão da segurança pública como política pública e como direito social do cidadão. Segundo o senador, é preciso pensar a segurança pública juntamente com o Código Penal, a Justiça e o aparelho policial. Taques lembrou que o presidente do Senado, José Sarney, já instituiu comissão especial



Taques foi indicado para presidir a Subcomissão de Segurança Pública

de juristas para analisar o novo Código Penal.

O senador disse que os dois colegiados terão de debater a questão do terrorismo, já que não há no Brasil um tipo penal para esse crime. Outro trabalho a ser feito, afirmou, será repensar a relação das polícias civil e militar nos estados.

## Maioridade penal deve ser reduzida, afirma Reditario

Reditario Cassol (PP-RO) defendeu a revisão na maioria penal brasileira. Hoje, um cidadão só pode ser condenado por ter cometido um crime se tiver mais de 18 anos.

– Não existe diferença entre um tiro dado por um adolescente ou por um adulto – afirmou. Segundo ele, “muitas vezes malandros usam menores para cometer crime”.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), ressaltou o senador, os crimes praticados por menores de 18 anos são chamados de atos infracionais.



Reditario: menores são internados em verdadeiros campos de concentração

As penalidades previstas são medidas sociais e educativas.

– É chegada a hora de rever essa questão – afirmou.

O parlamentar disse ainda que os menores são internados em verdadeiros campos de concentração, nos quais crianças de seis ou sete anos convivem com bandidos de 17 anos com extensa ficha criminal.

## Lídice critica autorização de trabalho infantil

Lídice da Mata (PSB-BA) condenou com veemência a notícia sobre mais de 33 mil autorizações concedidas por juízes, entre 2005 e 2010, para que crianças a partir de 10 anos possam trabalhar. De acordo com ela, algumas delas trabalham em obras, lixões e fábricas de fertilizantes em condições perigosas, insalubres e degradantes.

A senadora lembrou que essas autorizações desrespeitam a Constituição e o Estatuto da Criança e do Adolescente.

– Não há justificativa! Há inversão de valores éticos e



Parlamentar pede providências ao Conselho Nacional de Justiça

morais e desrespeito a princípios constitucionais – declarou.

Lídice pediu providências urgentes ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

– Tenho certeza que os filhos e filhas desses juízes [que autorizaram o trabalho de crianças] estão dentro de casa, em segurança, com saúde e educação – disse a parlamentar.



Brasil enviou R\$ 10,7 milhões aos EUA e só recebeu R\$ 51 mil, diz Randolfe



Violações de direitos humanos entre 1946 e 1988 serão examinadas durante dois anos, com foco maior no período de vigência do Ato Institucional nº 5, entre 1968 e 1979. Equipe poderá pedir informações a quaisquer órgãos e entidades

## Senado aprova criação da Comissão da Verdade, que vai à sanção de Dilma

O PLENÁRIO DO Senado aprovou por unanimidade o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 88/11, que cria a Comissão Nacional da Verdade, que deverá examinar e esclarecer as graves violações de direitos humanos praticadas de 1946 até a promulgação da Constituição de 1988, com o objetivo de "garantir o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação nacional". A matéria vai à sanção da presidente Dilma Rousseff.

Apesar do período extenso a ser examinado, o relator Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) afirmou que "a comissão só vai se legitimar se mantiver seu foco nos crimes contra direitos humanos cometidos durante a ditadura de 1964". O foco temporal, afirmou, deverá ser o da vigência do Ato Institucional nº 5, entre 1968 e 1979.

A Comissão Nacional da Verdade terá prazo de dois anos, a partir da sua instalação, para a conclusão dos trabalhos. Com equipe e dotação orçamentária próprias, poderá pedir informações, dados e documentos de quaisquer órgãos e entidades do poder público, mesmo se classificados com o mais alto grau de sigilo. Poderá também



Aloysio Nunes apresenta parecer sobre o projeto e recebe elogios dos senadores

determinar a realização de perícias e diligências para coleta ou recuperação de informações, documentos e dados.

### Sete integrantes

Será composta por sete membros designados pela Presidência da República, entre brasileiros de reconhecida idoneidade e conduta ética, identificados com a defesa da democracia e com o respeito aos direitos humanos. Eles não poderão ter cargos executivos em agremiações partidárias ou cargo em comissão ou função de confiança em quaisquer esferas do poder público.

Receberão remuneração mensal de R\$ 11.179,36.

De acordo com Aloysio, além de mostrar a autoria de torturas, assassinatos, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres, ainda que tenham sido cometidos no exterior, a comissão terá "uma tarefa mais ampla: identificar e tornar público o funcionamento da estrutura repressiva montada no tempo da ditadura". Ele avisou que a comissão vai explorar "uma ferida que não vai se fechar nunca, qualquer que seja o resultado".

– Ela não dará a última palavra sobre os fatos, porque

Moreira/Imagem/Senado Federal

muitos deles continuarão encobertos, não nos iludamos – afirmou.

A sessão foi presenciada pela ministra da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, Maria do Rosário, e pelo relator da proposta na Câmara dos Deputados, Edinho Araújo (PMDB-SP).

Em apartes, Aloysio Nunes e seu parecer sobre o projeto foram parabenizados por muitos senadores: Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Armando Monteiro (PTB-PE), Waldemir Moka (PMDB-MS), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Pedro Taques (PDT-MT), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Wilson Santiago (PMDB-PB), Jorge Viana (PT-AC), Eduardo Suplicy (PT-SP), Ana Amélia (PP-RS), Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), Walter Pinheiro (PT-BA) e Anibal Diniz (PT-AC).

Os senadores Sérgio Souza (PMDB-PR), Pedro Simon (PMDB-RS), Wellington Dias (PT-PI), Romero Jucá (PMDB-RR), Delcídio do Amaral (PT-MS), Demóstenes Torres (DEM-GO), Lídice da Mata (PSB-BA) também falaram, em apartes, sobre o projeto e sua importância para o fortalecimento da democracia no Brasil.

## Comissão acolhe mudança no Código Eleitoral

Mudança no Código Eleitoral (Lei 4.737/65) foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para permitir aos partidos que não atingirem o quociente eleitoral (mínimo de votos exigido para conquista de uma vaga na Câmara dos Deputados ou em assembleia legislativa) participarem da distribuição das chamadas sobras eleitorais – cadeiras restantes após a aplicação do quociente partidário (proporção das vagas a que cada partido tem direito em função dos votos recebidos).

As sobras ocorrem por conta das frações resultantes da aplicação do quociente partidário e atualmente são distribuídas apenas entre partidos e coligações que atingirem o número mínimo de votos, ou seja, o quociente eleitoral. Com o PLS 129/11, Jorge Viana (PT-AC) quer permitir a todos os partidos – inclusive aos que não atingirem o número mínimo de votos – a

disputa dessas sobras.

– Era preciso encontrar uma maneira de combater a corrupção eleitoral e as coligações cartoriais, valorizando o papel do voto – ressaltou o senador.

Para ele, há casos em que o candidato mais votado fica fora do Parlamento por seu partido ou coligação não ter obtido o quociente eleitoral. O fim de restrições à disputa das vagas restantes fará, na sua avaliação, justiça a esse candidato.

Ao apresentar voto pela aprovação do texto, o relator, Ran-

dolfe Rodrigues (PSOL-AP), assinalou como méritos da proposta "aumentar a competitividade dos pequenos partidos e propiciar a renovação partidária, acabando com o anacronismo do quociente eleitoral".

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) também registrou seu voto favorável e considerou a proposta uma "alternativa à extinção das coligações".

A matéria foi aprovada de forma terminativa e vai à Câmara, caso não haja recurso para votação pelo Plenário do Senado.



Ao lado de Acir Gurgacz, Eunício Oliveira preside a reunião da Comissão de Justiça

Genaro/Imagem/Senado Federal

### IMPRESSÃO DE VOTO DEVE SER EXTINTA

A CCJ aprovou o substitutivo de Demóstenes Torres (DEM-GO) a projeto (PLS 478/11) de Lindbergh Farias (PT-RJ) que extingue a impressão de voto para conferência, acompanhando recente decisão do STF sobre o assunto.

### ACATADO PARECER DA CÂMARA SOBRE FUNCAJU

A CCJ confirmou a constitucionalidade de substitutivo da Câmara ao projeto (PLS 163/00) que cria o Fundo de Apoio à Cultura do Caju (Funcaju). Relatado por Eunício Oliveira (PMDB-CE), segue para a CAE.

### PEC DA DEFESA CIVIL É RETIRADA DE PAUTA

Após debate provocado por José Pimentel (PT-CE), foi retirada da pauta da CCJ a PEC 10/11, que trata do Sistema Nacional de Defesa Civil. O senador considera a proposta prejudicada após a Lei 12.340/10.

## Só Dilma pode decidir sobre royalty, diz Malta

Acompanhado de deputados federais, Magno Malta (PR-ES) fez ontem, em Plenário,



Waldemir/Barreto/Senado Federal

um apelo à presidente Dilma Rousseff para que veto o PLS 448/11, que institui novos critérios para partilha dos royalties do petróleo. O projeto, aprovado na última semana e encaminhado à Câmara, sofre oposição dos senadores do Espírito Santo e do Rio de Janeiro, que temem perda de receita caso a proposta se torne lei. Sobre a crise no Ministério do Esporte, o senador afirmou já ter alertado a presidente Dilma. Para ele, as denúncias de irregularidades envolvendo Orlando Silva são apenas "a ponta do iceberg".

## Cristovam: como aplicar recursos do petróleo

Cristovam Buarque (PDT-DF) fez apelo para que o Brasil observe a experiência do Catar – um



Waldemir/Barreto/Senado Federal

dos países de maior produção mundial de petróleo *per capita* – que nos últimos dez anos tem sido, afirmou, exemplo do que fazer com os recursos da matéria-prima.

Conforme o senador, o Catar criou uma fundação nos moldes do fundo proposto por ele e por Aloysio Nunes (PSDB-SP), voltado para a educação, ciência e comunidade. Assim, o governo daquele país tem canalizado recursos do petróleo para transformá-lo em um centro de geração de saber e de conhecimento.

## Ana Amélia critica barreiras argentinas

Ana Amélia (PP-RS) criticou a imposição pela Argentina de barreiras comerciais a mercadorias brasileiras, tais como calçados, móveis, máquinas, veículos e tratores.

Segundo ela, as restrições já atingem mais de 700 produtos. De fevereiro até a primeira quinzena de outubro, 3,4 milhões de pares de sapatos não passaram a fronteira por conta da não liberação de licenças automáticas.

– O problema das barreiras não tarifárias no Mercosul provoca sérios prejuízos para a indústria brasileira, que sofre com o cancelamento de pedidos, o que, por sua vez, produz reflexos nos empregos de regiões como o Vale do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul, que tem sua economia baseada nessa atividade – disse.

## Proposta sobre unicidade sindical e direito trabalhista em debate

Em audiência pública realizada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), dirigentes de centrais sindicais debateram proposta de emenda à Constituição que acaba com a unicidade sindical e flexibiliza direitos trabalhistas. A PEC 369/05 deve ser votada em breve na Câmara. As opiniões se dividiram entre a defesa da aprovação de

pontos específicos e a rejeição completa da PEC.

Sobre a apreciação do assunto na Câmara, o deputado

Assis Melo (PCdoB-RS) disse que muitas vezes o compromisso feito na base acaba se perdendo no Congresso. Ele advertiu

que a regressão dos direitos dos trabalhadores não está no Plenário, mas nas comissões.

Para o presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), falta segurança jurídica em relação aos direitos trabalhistas e sindicais.

– O que mais ouvi nas audiências públicas da CDH foi que precisamos criar um escopo legal que garanta tranquilidade para ambos os lados – afirmou o senador.



Representantes das centrais sindicais e o senador Paulo Paim (D)

Aino/Volpato/Senado Federal



## Ângela Portela propõe 10% do PIB para educação

A senadora Ângela Portela (PT-RR) defendeu o projeto do Plano Nacional de Educação (PNE), atualmente em tramitação na Câmara, e o avanço das metas de financiamento do ensino público. Enquanto o projeto do PNE estabeleça que 7% do produto interno bruto (PIB) sejam destinados à educação, a senadora apresentou proposta de emenda à Constituição que eleva progressivamente o orçamento da educação até chegar a 10% do PIB em 2020.



Waldemir Barreto/Senado Federal

## Paulo Paim destaca Marcha pela Educação

Em pronunciamento na terça-feira, Paulo Paim (PT-RS) manifestou apoio à 5ª Marcha pela Educação, que aconteceu ontem em Brasília. O evento se insere na estratégia de pressão para ampliar a 10% do PIB os investimentos destinados ao setor. – Todos falamos da importância da educação, mas, se não aumentarmos o percentual do PIB, o quadro não vai mudar. As escolas continuarão com dificuldades, as universidades e as faculdades, também. E os professores continuarão sem receber sequer o piso, que corresponde a pouco menos que dois salários mínimos.

## Amorim anuncia congresso de radialistas em SE

Eduardo Amorim (PSC-SE) anunciou a realização do 9º Congresso Nacional de Radialistas, aberto ontem em Sergipe. O evento, disse, discutirá o impacto das novas tecnologias, a democratização da informação e a posição dos radialistas diante do novo marco regulatório do setor. O senador também homenageou o médico José Luiz Gomes do Amaral, que assumiu a presidência da Associação Médica Mundial.



Moreira Moutz/Senado Federal

Proposta de Lúcia Vânia, aprovada ontem na CCT, determina que órgãos de defesa do consumidor adotem canais de atendimento a distância, com prioridade para a web

# Consumidor poderá usar internet para fazer denúncia

A INTERNET PODE ser mais um canal formal para uso dos consumidores em denúncias e representações junto aos órgãos de defesa e fiscalização. A facilidade é prevista em projeto (PLS 450/11) de Lúcia Vânia (PSDB-GO), aprovado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Pelo texto, relatado por Walter Pinheiro (PT-BA), os órgãos de defesa e fiscalização devem adotar canais de atendimento a distância e, nessa modalidade, a preferência tem de ser dada à internet.

As medidas modificam o Código de Defesa do Consumidor. A matéria vai à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e



Márcia Kallme/Senado Federal

Walter Pinheiro relatou iniciativa na CCT: projeto segue para análise da CMA

Controle (CMA), para decisão terminativa.

A autora Lúcia Vânia destaca a crescente utilização da internet como meio de compra. Para ela, casos de abuso e violação já deveriam contar com "atendimento facilitado, célere e tão moderno quanto os que se usam nas práticas de contratação a distância".

O relator destacou que o faturamento do comércio eletrônico brasileiro alcançou R\$ 8,4 bilhões no primeiro semestre, com crescimento de 24% em relação ao ano passado.

Pinheiro foi favorável e citou dados do Comitê Gestor da Internet no Brasil para mostrar o crescimento da internet, que já alcança 41% da população.

## Pinheiro apoia incentivo às telecomunicações

Walter Pinheiro (PT-BA) destacou a importância de um novo incentivo ao desenvolvimento a ser anunciado pelo governo: isenção de tributos como PIS, Cofins e IPI, até 2016, para implantação de redes de telecomunicações. Segundo ele, as isenções poderão resultar em até 25% de economia (cerca de R\$ 1,2 bilhões ao ano). Ele afirmou que o setor deve ser visto como passo central para o desenvolvimento.

Para Pinheiro, é preciso levar o desenvolvimento para as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, "que não receberam incentivos no passado e hoje acumulam expressivo atraso no desenvolvimento local".

## Wellington Dias celebra vagas no ensino técnico



Waldemir Barreto/Senado Federal

Wellington Dias (PT-PI) comemorou ontem a sanção presidencial ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec), que considera "a maior reforma da educação profissional já feita no Brasil".

– O programa vai oferecer 8 milhões de vagas até 2014 em cursos de formação técnica e profissional – informou o senador.

Ele salientou os planos de construção de 208 unidades de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, além de 176 escolas técnicas estaduais e a reforma de 543 escolas existentes.

## Sarney vai à cerimônia de sanção do Pronatec

O presidente do Senado, José Sarney, participou ontem da cerimônia de sanção da lei que cria o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). O plano, que vai oferecer bolsas de estudo e financiamento para cursos de qualificação profissional, foi aprovado pelo Senado em 18 de outubro.

A presidente Dilma Rousseff disse que o governo pretende dar condições para que jovens e trabalhadores cheguem mais capacitados ao mercado de trabalho, além de aumentar a produtividade da economia e a renda da população.

O governo deverá investir R\$ 24 bilhões no Pronatec até 2014. Para garantir o número de vagas, estão sendo construídas 208 novas unidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia,

sendo que 35 delas ficarão prontas ainda este ano. Além disso, o governo firmou parceria com o Sistema S – Senai e Senac – para ampliar a oferta de cursos profissionalizantes gratuitos nessas entidades.



Roberto Suckert Filho

Ao lado da presidente Dilma (C), Sarney aplaude o incentivo ao ensino técnico

## Plenário decidirá se cria empresa para hospitais

O projeto (PLC 79/11) que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Mas não houve consenso entre os senadores da Comissão de Educação do Senado, onde também foi discutido. A matéria, que tramita em regime de urgência, será agora encaminhada diretamente para discussão em Plenário.

## MOZARILDO REGISTRA PARALISAÇÃO DE MÉDICOS

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) destacou a paralisação dos médicos do Sistema Único de Saúde (SUS). O salário médio de um médico do SUS em início de carreira, disse, é menos de R\$ 2 mil.

– Não dá mais para o médico continuar sendo o algodão entre os diamantes, pois trabalha em hospitais sem equipamentos e precisa demonstrar alta produtividade – lamentou o senador.



Waldemir Barreto/Senado Federal

## WALDEMIR MOKA DEFENDE GREVE DOS MÉDICOS

Waldemir Moka (PMDB-MS) manifestou apoio à greve dos médicos que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Segundo ele, as principais reivindicações são reajuste salarial; aumento do investimento público em hospitais; ampliação do número de leitos em UTIs e de vagas em emergências.

– A média do salário-base pago ao profissional com contrato de 20 horas semanais é de R\$ 1.941,91 – criticou.



Waldemir Barreto/Senado Federal

## DAVIM: MÉDICO DEVE DECIDIR QUEM VAI PARA UTI

Paulo Davim (PV-RN) manifestou preocupação com a multiplicação de decisões judiciais determinando a internação de pacientes em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs). Ele sugeriu a criação de câmaras técnicas nos tribunais para ajudar os magistrados.

– É o médico da UTI quem deve dizer quem tem indicação para ocupar um leito, e não uma determinação judicial.



Waldemir Barreto/Senado Federal

### Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney  
1º vice-presidente: Marta Suplicy  
2º vice-presidente: Wilson Santiago  
1º secretário: Cicero Lucena  
2º secretário: João Ribeiro  
3º secretário: João Vicente Claudino  
4º secretário: Ciro Nogueira  
Suplentes de secretário: Gilvam Borges\*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto  
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

### Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Mozarildo Cavalcanti • Marta Suplicy • João Ribeiro • Vanessa Grazziotin • Antonio Carlos Valadares • Walter Pinheiro

### Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita  
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

### Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327  
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino  
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
Site: [www.senado.gov.br/agencia](http://www.senado.gov.br/agencia)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: [www.senado.gov.br/jornal](http://www.senado.gov.br/jornal) – E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)

Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF  
Cep: 70.165 – 920

Impresso em papel reciclado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



## Adicional de periculosidade para motoboys

As atividades de mototaxista, motoboy, motofrete e o serviço comunitário de rua poderão ser considerados perigosos, o que garantirá aos trabalhadores dessas áreas o direito a adicional de periculosidade.

A proposta (PLS 193/03), de Marcelo Crivella (PRB-RJ), foi aprovada na forma de substitutivo de Cícero Lucena (PSDB-PB). Atualiza a matéria, tratada na lei que regula as profissões de mototaxista e motoboy (Lei 12.009/09) e altera a CLT para incluir as atividades entre as perigosas.

## Ampliação da lista de práticas discriminatórias

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS) aprovou em primeiro turno, ontem, proposta que amplia a lista de práticas discriminatórias a serem combatidas no ambiente de trabalho ou durante o processo de contratação. Entre elas, estão as motivadas por gênero, orientação sexual, etnia, religião, deficiência ou restrição de crédito.

A proposta tem origem em dois projetos que tramitavam em conjunto: o PLS 615/07, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), e o 283/08, de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

## Proposta para fortalecer ensino profissionalizante

Projeto de lei de Paulo Paim (PT-RS), que autoriza o Executivo a criar o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador (Fundep), foi aprovada na CAS e será analisada na CAE, onde receberá decisão terminativa.

Pela proposta (PLS 274/03), o Fundep será uma fonte de recursos permanente para o ensino técnico-profissionalizante. O dinheiro será aplicado, por exemplo, na construção de escolas e na capacitação de professores.

## Atualização das contribuições de fonoaudiólogos

O valor da anuidade paga aos conselhos regionais de fonoaudiologia poderá ser estabelecido em R\$ 350 para pessoa física e para pessoa jurídica. Por sua vez, o conselho federal da profissão (CFFa) terá a prerrogativa de atualizar os valores por meio de resoluções anuais.

Projeto (PLS 302/11) com essa finalidade, de Inácio Arruda (PCdoB-CE), teve decisão terminativa na CAS. A proposta define critérios de atualização da anuidade, como a possível correção pelo IPCA.

# Senado envia à Câmara projetos sobre trabalhadores e aposentados

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem oito projetos que beneficiam trabalhadores e um que amplia direitos dos aposentados.

Seguem para a Câmara: redução para 5% da contribuição previdenciária mensal de empregado e

empregador doméstico, dedução no Imposto de Renda (IR) do salário pago a doméstico, impedimento à demissão por embriaguez, aumento da multa por trabalho não remunerado em feriados, dedução no IR de gastos com treinamento de funcionários, pedido de revisão do

valor de aposentadoria ou pensão.

Também foram aprovados, mas ainda tramitam no Senado: adicional de periculosidade para motoboys e mototaxistas, fundo para ensino profissionalizante e ampliação da lista de práticas discriminatórias no trabalho.



Bancada de senadores da Comissão de Assuntos Sociais (à dir.) debate um dos itens analisados ontem pelo colegiado, que é presidido por Jayme Campos (à esq.)



Fotos de Lia de Paula/Senado Federal

## Doméstico poderá pagar menos à Previdência

A redução da contribuição previdenciária do empregado e do empregador doméstico foi aprovada, ontem, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa. Em vez do recolhimento mensal de 8% e 12% do salário, respectivamente, para a Previdência Social, o trabalhador e o patrão poderão passar a pagar, cada um, 5% sobre o salário mensal.

A proposta (PLS 189/11) da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) visa estimular a formalização do emprego doméstico. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), dos 6,7 milhões de trabalhadores atuando no setor em 2009, apenas 26,3% (1,7 milhão) contavam com registro em carteira e cobertura previdenciária, como auxílio-doença, licença-

maternidade e aposentadoria.

Vanessa defendeu o corte na contribuição para o setor doméstico por entender que recentes medidas de inclusão previdenciária não renderam os benefícios esperados para a categoria. Ela lembrou a possibilidade de o patrão deduzir do Imposto de Renda o que paga para a Previdência do empregado, medida que – em sua opinião – teria incentivado mais quem já dava tratamento formal a essa relação de emprego do que ajudado a criar novos postos de trabalho doméstico.

No relatório favorável ao projeto, o senador Paulo Paim (PT-RS) avaliou que a proposta está em sintonia com a Constituição ao estabelecer regime previdenciário especial para trabalhadores de renda

mais baixa. Apesar de o Ipea indicar ampliação geral na formalização do trabalho no país entre 1999 e 2009, Paim observou, com base no levantamento, que a regularização do trabalho doméstico avançou pouco.

–Trata-se, portanto, de medida meritória, pois, se essas trabalhadoras não estiverem filiadas ao Regime Geral da Previdência Social, ficarão, com certeza, expostas aos riscos sociais do trabalho e não poderão enfrentar, com qualidade de vida, nem o declínio de sua capacidade laboral, nem seu envelhecimento – comentou Paim.

O presidente da CAS, Jayme Campos (DEM-MT), disse que a medida vai aumentar a arrecadação da Previdência, com o aumento da formalização das relações trabalhistas.

## Dedução no IR de valor do salário pago a empregado

O valor do salário pago a empregado doméstico poderá ser abatido no Imposto de Renda. É o que propõe projeto de lei do senador Roberto Requião (PMDB-PR), aprovado ontem pela CAS. Agora, a matéria será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), terminativamente.

A proposta (PLS 270/11) tem o objetivo de incentivar a formalização dos empregos domésticos. Para conceder o benefício, altera o Imposto de Renda Pessoa Física (Lei 9.250/95).

De acordo com o texto, a dedução poderá ser feita sobre o salário de um empregado por declaração, mesmo quando feita em conjunto, até três salários mínimos por mês. Também pode ser deduzido o valor do décimo terceiro, dentro do limite de três mínimos, mais o adicional de férias, limitado a um terço do salário normal, no mês que for pago.

O presidente da CAS, Jayme Campos, informou que apenas 26% dos empregados domésticos têm carteira assinada e, portanto, garantias previdenciárias. O relator, Casildo Maldaner (PMDB-SC), acredita que a diminuição na arrecadação do IR seja compensada pelo aumento da arrecadação previdenciária devida pelos empregadores e empregados domésticos.

## Redução no imposto para qualificar funcionários

Investimentos das empresas com qualificação, treinamento e formação profissional de empregados poderão passar a ser lançados como despesas operacionais para fins de apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ). Projeto com este objetivo, de Vanessa Grazziotin, também passou ontem na CAS.

O Regulamento do IRPJ (RIR/99) já permite esse tipo de dedução, mas, para os senadores, o texto não é claro. O relator, Armando Monteiro (PTB-PE), disse que o RIR/99 deixa dúvidas ao admitir a dedução das despesas com formação profissional de empregados. Na falta de detalhamento sobre os cursos, observou Monteiro, a Receita Federal costuma aceitar a dedução apenas de gastos com ensino fundamental e médio, além de curso técnico para especialização na área de atuação profissional.

A proposta (PLS 149/11) recebeu voto favorável do relator. Para ele, a lei deve deixar clara a possibilidade de as empresas com programas de incentivo educacional descontarem esses gastos e definirem os cursos mais adequados. Segundo o senador, a proposta tem o respaldo do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que tem conferido uma interpretação extensiva aos investimentos das empresas em capacitação.

## Mais facilidade para recálculo de aposentadoria

A CAS aprovou proposta que assegura a aposentado ou pensionista direito de solicitar recálculo de seu benefício a qualquer momento – sem a restrição de prazo para fazer o pedido. O projeto determina que o recálculo só pode retroagir até cinco anos antes da solicitação. Teve origem nas modificações de Casildo Maldaner (PMDB-SC) ao PLS 482/03, de Paulo Paim (PT-RS).

## Impedimento para demissão por embriaguez

O empregador poderá ficar impedido de demitir por justa causa o trabalhador que apresentar embriaguez habitual ou em serviço. A proposta (PLC 12/11) é do então deputado Roberto Magalhães e foi aprovada pela CAS na forma do substitutivo do senador Paulo Bauer (PSDB-SC). O projeto prevê suspensão do contrato de trabalho e concessão de licença para tratamento.

## Multa maior por trabalho irregular em feriados

Projeto do deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP) atualiza o valor da multa aplicada ao empregador por não conceder repouso semanal remunerado ou deixar de pagar pelo trabalho em feriados. A medida foi aprovada terminativamente pela CAS. Com voto favorável do relator Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), o PLC 43/11 define a multa entre R\$ 40,25 e R\$ 4.025,33.



Audiência pública hoje cobrará de secretários estaduais de Saúde que incluem no teste do pezinho a identificação precoce da anemia falciforme

# Senado quer que estados detectem doença mortal

Ricardo Westin

**A** anemia falciforme ataca o corpo com violência. Quem sofre dessa doença do sangue precisa se acostumar às dores pelo corpo e às feridas nas pernas que podem levar anos para cicatrizar. Coração, fígado e rins definham. O sistema imunológico fica debilitado. O risco de acidente vascular cerebral (AVC) é alto. É um mal crônico, com o qual o doente terá de conviver até o fim da vida.

A doença ataca com tanta violência que, das crianças doentes que não são tratadas desde o nascimento, 80% morrem antes dos 5 anos. A identificação da doença após o parto não deveria ser complicada. A anemia falciforme está entre as doenças detectáveis pelo teste do pezinho, feito com gotas de sangue do recém-nascido. Na prática, porém, muitas mães dão à luz sem saber que seus filhos estão doentes. Das maternidades públicas das 27 unidades da Federação, segundo

o Ministério da Saúde, as de nove ainda não aproveitam o teste para a anemia falciforme.

Para tentar mudar essa realidade, a Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado convidou os 27 secretários de Saúde para uma audiência pública, marcada para hoje, que discutirá a anemia falciforme. Os secretários dos estados que não fazem a detecção precoce serão cobrados e, ao mesmo tempo, ouvirão dos secretários dos estados que já oferecem o teste completo do pezinho uma explicação de como incluíram a doença em suas políticas.

## Subestimada

Embora pouco falada, a anemia falciforme atinge uma fatia considerável da população brasileira. Estima-se que, todos os anos, 3 mil bebês nasçam com a doença no país – um a cada mil nascidos vivos. Não há estatísticas sobre as mortes.

– Trata-se de um problema de saúde pública que é gravíssimo, mas que está sendo perigosamente subestimado –

diz o senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH.

Em 2005, o Ministério da Saúde criou uma política para a anemia falciforme. Ela prevê que o Sistema Único de Saúde (SUS) está obrigado a fornecer exames de detecção (para bebês e adultos), aconselhamento genético (para que os pais saibam se têm risco de ter filho doente), acompanhamento de hematologista, drogas para os sintomas, internações e transfusões de sangue.

Para incluir a anemia falciforme no teste do pezinho, os estados precisam ter equipamentos próprios e técnicos qualificados.

O ministério oferece verbas e apoio técnico aos estados – os responsáveis, conforme as regras do SUS, pelo atendimento dos doentes. O governo federal, pelas regras, não pode impor o programa aos governadores.

– Alguns estados não fazem absolutamente nada em relação à doença falciforme – diz Joice Aragão de Jesus, coordenadora das políticas para a doença falciforme do ministério.

## “Já passei por mais de 500 transfusões de sangue”

Aos 44 anos e aposentado por invalidez, Elvis Silva Magalhães calcula que a anemia falciforme o obrigou a submeter-se a mais de 500 transfusões de sangue.

– Criança, perdi muita aula. Adulto, deixei de trabalhar vários dias. Mas os piores momentos foram nos anos 1980, quando surgiu a Aids. Entrava em pânico a cada transfusão – ele lembra. Magalhães nasceu em Goiás. A família teve de se mudar para Brasília para que ele se tratasse no hospital da UnB.

– Das seis pessoas que se tratavam comigo, nenhuma conseguiu chegar aos 30 anos – conta. Por anos, teve dores fortíssimas pelo corpo, úlceras na perna e perdeu o baço. Passava noites sem dormir. Num único ano, chegou a ser internado 15 vezes.

Seis anos atrás, numa pesquisa científica, Magalhães se submeteu a um transplante de medula óssea. Curou-se da anemia falciforme. O SUS estuda oferecer esse procedimento aos doentes em estado gravíssimo.

– Por muitos meses, acordei sem acreditar que todo aquele sofrimento havia passado.



Elvis Magalhães: “Nenhuma das pessoas que se tratavam comigo sobreviveu”

## Zezé Motta diz que TV ignora anemia falciforme

Entre 2007 e 2010, a atriz Zezé Motta esteve à frente da Superintendência de Igualdade Racial do governo do Rio de Janeiro. Ao assumir o cargo, uma das primeiras demandas que ouviu foi a criação de uma política de saúde especial para a população negra.

– Minha reação foi pensar: “Estão loucos! Desde quando política de saúde precisa ser separada por cor?” – lembra.

Zezé, então, foi buscar informações e se surpreendeu com a gravidade da doença e o número

de pessoas que atinge.

– Eu acreditava que era um tipo de anemia, talvez mais grave, dessas que se curam melhorando a alimentação. Muita gente deve pensar igual. Fiquei chocada com a existência de uma realidade tão dura e ao mesmo tempo tão ignorada.

Hoje, o Rio é referência em política para anemia falciforme.

Ainda como superintendente, Zezé Motta tentou usar sua influência como atriz de novelas para promover o conhecimento

sobre a doença. Sugeriu a programas de TV que abordassem o tema. Ouviu “não” de todos.

– Se é porque é doença de negros e pobres? Não posso afirmar com certeza. O que posso dizer que é senti má vontade em todas as pessoas que procurei.

Zezé Motta é uma das convidadas da audiência que será realizada hoje na Comissão de Direitos Humanos do Senado. O debate sobre a doença foi proposto pelo Centro de Tradições Afro-Brasileiras (Cetrab).

## A anemia falciforme

A anemia falciforme é uma doença que afeta as hemácias (as células vermelhas do sangue) e é transmitida de pai para filho. Entre seus vários sintomas estão dores fortíssimas no corpo, feridas de difícil cicatrização nas pernas e deterioração de diversos órgãos. Quando seus sintomas não são prevenidos ou tratados, a doença pode levar à morte

### ► COMO É TRANSMITIDA

Para que uma pessoa desenvolva a anemia falciforme (SS), é necessário que ela tenha herdado tanto do pai quanto da mãe o gene com a mutação da doença. A pessoa que herda apenas um gene com a mutação (AS) não sofre da anemia falciforme, mas pode transmiti-la para seus filhos caso se case com outra pessoa que também tem o gene com a mutação.

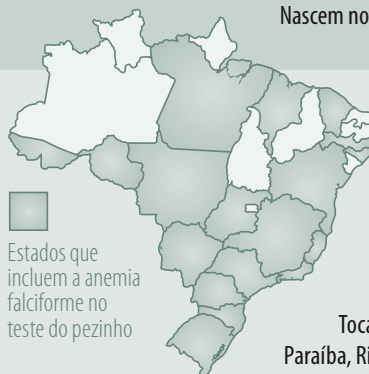


A - gene normal  
S - gene com a mutação da anemia falciforme

AA - pessoa normal  
AS - pessoa com o traço falciforme (não desenvolve a doença, mas pode transmiti-la para seus filhos)  
SS - pessoa com anemia falciforme

### ► QUANTOS DOENTES

Nascer no país, por ano, **3 mil** crianças com anemia falciforme.



### ► QUEM FAZ A DETECÇÃO PRECOZE

Hoje, 18 estados incluem a anemia falciforme no teste do pezinho. Os que ainda não incluem são Roraima, Amazonas, Amapá, Tocantins, Distrito Federal, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Fonte: Ministério da Saúde

## Exclusivo de negros no passado, mal já afeta toda a população

A anemia falciforme é uma doença hereditária do sangue que afeta pessoas de ascendência africana.

– Atinge, basicamente, a população negra. Precisamos dizer sem medo: trata-se de uma doença de pobres. É por isso que não recebe a devida atenção dos governantes – afirma Paulo Cesar Naoum, biomédico da Universidade Estadual Paulista (Unesp) que estuda a doença desde os anos 1960.

No Brasil, nasce um bebê com anemia falciforme a cada mil nascidos vivos. Em locais onde a presença da população negra é maciça, a proporção muda. É o caso da Bahia, onde há um bebê doente a cada 650 nascidos.

Fósseis encontrados na África – onde a doença surgiu – indicam que a anemia falciforme existe há pelo menos 50 mil anos. No entanto, foi descrita pela literatura médica apenas em 1910. Para especialistas, teria sido identificada muito tempo antes se afetasse e matusse a população branca.

Apesar de ser típica da população negra, tem-se tornado frequente em pessoas de pele branca. O que explica o “clareamento” da doença é a miscigenação da população. Muitos brasileiros, embora não sejam negros, têm genes africanos.

A anemia falciforme é provocada por uma mutação nas

hemácias (células vermelhas do sangue, que transportam oxigênio). Em vez do aspecto normal de moeda, elas ganham a forma de meia-lua ou foice (daí o nome falciforme). A ciência ainda não é capaz de explicar por que as hemácias dos africanos do passado sofreram essa mutação. Crê-se que tenha sido uma maneira de protegê-los da malária.

Por causa de formato de foice, as hemácias acabam se prendendo às paredes internas de veias e artérias. O acúmulo entope os vasos sanguíneos. Dessa forma, o oxigênio do sangue não chega a determinadas partes do organismo. Sem oxigênio, as células morrem. Isso provoca dores e com o passar do tempo leva à falência de órgãos vitais, como o coração. É esse entupimento dos vasos sanguíneos que provoca o AVC.

Na teoria, a anemia falciforme não tem cura. O doente passa a vida cuidando dos sintomas. No entanto, nos casos mais graves, em que há risco de vida, pode-se realizar o transplante de medula óssea. O doente fica curado. O transplante, porém, é raro, porque são elevadas as chances de provocar a morte do paciente.

O Ministério da Saúde estuda incluir no SUS o transplante de medula óssea para doentes em estado gravíssimo.